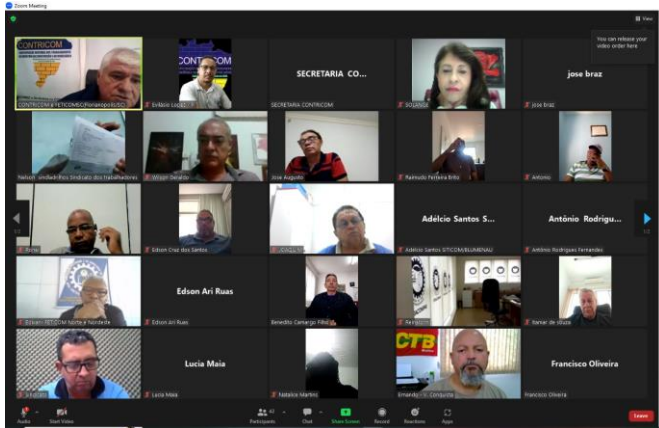




BOLETIM 1346

Brasília (DF), 25 de outubro de 2023



CONTRICOM reúne diretoria e define ações para o próximo período

Pelo sistema de teleconferência, a Diretoria da CONTRICOM reuniu-se com presidentes de federações filiadas e membros do Conselho Fiscal para debater os próximos passos a serem dados em razão de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a implementação da chamada Contribuição Assistencial, prevista nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, extensiva a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, e definida em assembleia geral para sustentação do sistema sindical brasileiro, fortemente abalada após a reforma sindical de 2017.

O advogado Ricardo Baldissera fez uma ampla explanação sobre a decisão da Suprema Corte e expos as dificuldades que podem ser encontradas na implementação da Contribuição

Assistencial, principalmente quanto a determinados segmentos do patronato.

Baldissera também lembrou que a Contribuição Assistencial deve estar, forçosamente, prevista nos Acordos e Convenções, mas que os termos finais serão ainda definidos em Acórdão a ser publicado pelo STF proximamente. Foram prestadas informações, também, sobre a tramitação de alguns projetos no âmbito do Congresso Nacional, alguns dos quais apresentados com o objetivo de dificultar que a Contribuição Assistencial se torne uma realidade.

O presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, que coordenou a reunião, falou da disposição da entidade de somar-se aos fóruns mais amplos do movimento sindical, como Fórum Sindical Ampliado e o Fórum Sindical dos Trabalhadores para que o sistema confederativo tenha protagonismo nesse momento em que é vital e inadiável a recuperação material das entidades sindicais em todos os níveis.

Um amplo debate se seguiu sobre o tema, assim como sobre outros informes jurídicos e administrativos prestados pelo presidente Altamiro Perdoná, e uma nova reunião ficou de ser definida quando surgirem novidades sobre o tema.

Segundo Altamiro, “mais do que nunca é preciso que nossos trabalhadores e entidades estejam mobilizadas e unidas em torno das ações que estão sendo empreendidas pelo conjunto do movimento sindical no sentido de assegurar a sustentação financeira de nossas organizações, em todos os níveis, bem como a recuperação dos direitos trabalhistas”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



FST reúne confederações laborais para defesa do sistema confederativo e da Contribuição Assistencial.

CONTRICOM presente!

Na última semana, o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) realizou na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília, reunião para alinhar os rumos e a atuação do FST em defesa do Sistema Confederativo. Marcaram presença várias confederações laborais, entre as quais a CONTRICOM, representada, na oportunidade, pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília e Entorno, Raimundo Salvador, que também é dirigente nacional da Confederação **(foto ao lado)**.

Participaram da reunião presidentes e representantes das seguintes Confederações: CNTC, CNTI, CONTRATUH, CNTTT, CNNTA, CNTEEC, CONACATE, CONTTMAF, CONTRICOM, CNPL. Além

da participação dos dirigentes confederativos, o encontro contou com a participação do presidente da Nova Central Sindical, Moacyr Auersvald, do analista político e sócio-diretor da Contatos Assessoria Política, André Santos, e do assessor jurídico do FST, Dr. Cristiano Meira.

O coordenador-nacional do FST, Lourival Figueiredo, diretor-secretário geral da CNTC e presidente da Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo (FEAAC), ressaltou a importância das Confederações no movimento sindical.

“O momento é de reconstrução. E nós queremos participar das decisões importantes dentro do movimento e nas causas ligadas à classe trabalhadora no Congresso Nacional. Queremos construir um caminho de diálogo com a convergência de ideias. E o Sistema Confederativo precisa ter a sua autonomia respeitada”, disse o coordenador do FST.

O presidente da NCST, Moacyr Auersvald, falou da defesa do sistema pela entidade: “A Nova Central acredita no FST, na sua história de luta, e no Sistema Confederativo. E nós temos que criar uma teia em defesa do que acreditamos. Nós ganhamos o governo, mas preciso conquistar o Congresso, para que se discuta as pautas do movimento”.



Fonte: FST



Paim vai tentar acordo para aprovar projeto sobre a contribuição assistencial

Paulo Paim é o relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais. O tema, que enfrenta resistência no Congresso, nada tem a ver com o imposto sindical, extinto em 2017

O projeto sobre a contribuição assistencial (ou negocial) para entidades sindicais tem como relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado um especialista no tema. Paulo Paim (PT-RS) já adiantou que vai buscar um texto de consenso, ouvindo representantes dos trabalhadores e dos empregadores. Segundo observadores, é a melhor alternativa para tentar garantir uma fonte de custeio.

É um tema ao mesmo tempo crucial para as entidades e que enfrenta resistência no Congresso, com viés antissindical. Especialmente na figura do senador Rogério Marinho (PL-RN), relator do Projeto de Lei 2.099 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Marinho também foi o relator da “reforma” trabalhista de 2017, que está na origem do problema. O projeto que resultou na Lei 13.467 extinguiu o imposto sindical, mas não ofereceu alternativas de financiamento para as representações.

STF considerou constitucional a assistencial -

A história se repete. O parecer de Marinho na CAE veda repasse, aos sindicatos, da chamada contribuição assistencial ou negocial. Foi uma resposta quase imediata à decisão do Supremo

Tribunal Federal (STF) que considerou constitucional a cobrança para trabalhadores não associados.

Mas a contribuição assistencial nada tem a ver com o antigo imposto sindical, extinto em 2017.

Esse equivalia a um dia do salário do trabalhador, cobrado uma vez por ano. Também era cobrado no setor patronal, com base no capital social. Já a assistencial (ou negocial) deve ser aprovada em assembleia, garantido o direito de oposição para quem não quiser contribuir. Os sindicatos lembram que os acordos coletivos são válidos para toda a categoria, sendo sócios ou não. Por isso, todos deveriam contribuir para a manutenção das entidades representativas. Seis centrais também criaram um sistema de autorregulação sobre o tema.

Equilíbrio na relação de trabalho - Para Paim, o fortalecimento dos sindicatos é bom, inclusive, para a economia. Além disso, é preciso haver equilíbrio nas relações de trabalho. “Podemos chamar de contribuição negocial ou assistencial, mas definitivamente não somos a favor do imposto sindical. Mas ao mesmo tempo não dá para as entidades não terem nenhuma forma de manter suas estruturas, para que possam ser boas negociadoras. E o diálogo que defendemos não é só com os empregados, é com empregados e empregadores”, afirmou recentemente.

O texto tem caráter terminativo. Ou seja, caso aprovado na CAS – e não houver contestação – não passará pelo plenário do Senado e seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Fonte: Rede Peão Brasil



“Vai abrir mão dos benefícios?”, diz Marinho sobre oposição à contribuição sindical

Ministro ressalta que os debates em torno da contribuição assistencial a sindicatos não cogitam a volta do imposto sindical

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse no último dia 9, em audiência no Senado que os debates em torno da contribuição assistencial a sindicatos buscam compensar injustiças cometidas contra entidades representativas de trabalhadores na Reforma Trabalhista de 2017.

Todos os trabalhadores – associados ou não – se beneficiam das conquistas dos sindicatos das categorias, logo deveriam contribuir com o custeio da estrutura sindical, argumenta Marinho.

“No Brasil, um acordo fechado vale para trabalhadores associados e não associados. Não é justo que os não associados, como chupim, participem do resultado e não tenham nenhuma contribuição”, afirmou o ministro.

De acordo com o que explicou o ministro, nem sequer há reivindicação da volta do imposto por parte de ninguém, nem das centrais sindicais, nem do governo.

“Não existe esse debate (da volta do imposto sindical), não tem nem a reivindicação desse debate. Quem fala isso são os ‘bolsominion’ da vida”, afirmou. “Existe o debate sobre como criar um mecanismo em que os sindicatos possam estar autorizados a, além da mensalidade, ter outra fonte vinculada à negociação coletiva, vinculada a uma prestação de serviço. Se tiver uma prestação efetiva, por parte de sindicatos de empregadores e trabalhadores, há a possibilidade de ter a contribuição”, afirmou.

Marinho e as centrais defendem que a oposição à contribuição assistencial seja feita em assembleia, como acontece nas assembleias de condomínio, em que a proposta vencedora vale para todos os condôminos, já que todos vão usufruir, por exemplo, de uma melhoria aprovada.

Lupi diz que espera reduzir fila do INSS até o final deste ano

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse que espera reduzir a fila de concessão de benefícios do INSS até o final deste ano. A expectativa do governo federal é que, até dezembro, o tempo médio de espera por uma perícia médica caia para 45 dias, conforme é previsto em lei.

“Acredito que, até o final do ano, vamos ter a fila para os 45 dias da lei. A lei permite até 45 dias. E no ano que vem, espero viver um outro patamar para melhorar ainda mais esse serviço”, disse Lupi.

Segundo o ministro, isso será possível porque o ministério vem adotando uma série de medidas para reduzir as filas, entre elas o Programa de Enfrentamento da Fila (PEF), a inauguração de novas agências e também a melhoria da plataforma Meu INSS. “Nós também estamos tomando medidas que são permanentes como o Atestmed, que já está aberto em todas as agências da Previdência Social”, disse o ministro.



MTE e OIT discutem agenda do Trabalho Decente

Luiz Marinho recebeu diretor da OIT no Brasil para tratar sobre o tema, uma das prioridades do Novo Marco de Cooperação que guiará parceria Brasil-ONU até 2027

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu o diretor do escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, Vinícius Pinheiro. Na audiência, trataram da agenda do trabalho decente, uma das principais prioridades do Ministério e da Organização Internacional.

O diretor da OIT ressaltou no encontro o Novo Marco de Cooperação Brasil-ONU 2023-2027, assinado em agosto último quando da visita da vice-secretária-geral da ONU, Amina J. Mohammed, ao país. O Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF) guiará a parceria Brasil-ONU até 2027, sendo o principal documento de planejamento, implementação e monitoramento das ações do Sistema ONU no país, tendo como referência o Plano Plurianual e a Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020-2031, possibilitando que a contribuição do sistema ONU ao Brasil se dê de forma complementar e objetiva aos esforços nacionais para os grandes temas de desenvolvimento do país.

O novo Marco definiu 5 eixos temáticos: Transformação Econômica para o Desenvolvimento Sustentável, Inclusão Social para o Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Desenvolvimento Sustentável, Governança e Capacidades Institucionais e Relação das Ações Humanitárias e de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: MTE

JT lança Programa contra o Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Proteção ao Trabalho do Migrante

Complementando as ações previstas na Política Judiciária Nacional de Trabalho Decente, instituída em agosto de 2023, a Justiça do Trabalho lançou o Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante. O objetivo é desenvolver ações permanentes para a erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas e para a proteção do trabalho de migrantes.

Dignidade humana - Na cerimônia de lançamento, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Lelio Bentes Corrêa, destacou que ainda hoje há decisões judiciais que naturalizam condições de trabalho degradantes, como a falta de instalações sanitárias dignas, especialmente no trabalho rural, sob o argumento de que se trata de questões culturais. Segundo ele, com esse programa, a Justiça do Trabalho reitera seu papel de garantidora da cidadania e do trabalho decente, com ações concretas e eficazes.

O ministro Augusto César, coordenador do programa, comentou que a escravidão contemporânea, “antítese da justiça social”, e o tráfico de pessoas estão entre as mais graves violações à dignidade humana. “As vítimas preferenciais dessas violências são pessoas em condições de extrema vulnerabilidade, como é o caso da população migrante, a quem se impõe o constante desafio de acesso ao trabalho decente”, observou.

Fonte: TST



CNI diz que demanda baixa, tributos e juros seguem como os maiores problemas da indústria

Os principais problemas enfrentados pela indústria continuam sendo a demanda interna insuficiente, a elevada carga tributária e as taxas de juros altas (25,3%). É o que mostra Sondagem Industrial da CNI com dados do terceiro trimestre.

Segundo a entidade, é normal que esses fatores sejam citados como os de maior impacto na atividade industrial. A novidade é que, no trimestre, houve um recuo de até seis pontos percentuais nas citações quando comparado com o segundo trimestre do ano.

A demanda interna insuficiente foi apontada por 33,9% das empresas entrevistadas, um recuo de 3,1 ponto percentual em relação ao trimestre anterior.

O segundo problema mais reportado pelos empresários industriais foi a alta carga tributária, com 32,6%. Entre o segundo e o terceiro trimestre, no entanto, esse percentual teve um recuo de 1,1 p.p nos apontamentos.

Em terceiro lugar nas assinalações, as elevadas taxas de juros, com 25,3%, uma queda de 6 pontos percentuais ante o trimestre anterior. A CNI atribui essa melhora no indicador ao ciclo de cortes na Selic, iniciado em agosto deste ano.

Por outro lado, os percentuais de outros entraves elencados pelos empresários industriais tiveram aumento, como a competição desleal (alta de 1 p.p, para 16,5%) e falta ou alto custo de trabalhador qualificado (alta de 0,5 p.p, para 16,1%).

“Na pesquisa, é solicitado que o empresário marque até três itens que constituíram problemas reais para a empresa e, com isso, esses outros dois figuraram ali na quarta e quinta posição”, explica o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Fonte: InfoMoney

FGTS Digital: novo sistema obrigatório a partir de janeiro/24

Com o advento do e-social, foi criada uma plataforma para gerenciar a arrecadação do FGTS, uma pedra angular dos direitos trabalhistas no Brasil, assegurando aos trabalhadores a proteção financeira em momentos cruciais de suas vidas profissionais. No entanto, a administração desse fundo, até recentemente, era caracterizada por uma série de desafios burocráticos e procedimentos que, muitas vezes, se mostravam ineficientes e onerosos. Em resposta a essas questões, foi criado o FGTS Digital, um conjunto inovador de sistemas integrados que promete revolucionar a gestão desse importante fundo.

A plataforma contará com serviço de caixa postal, parcelamento de débitos e emissão de guias individualizadas e possibilitará o recolhimento de várias competências e tipos de débitos em apenas um documento.



Barroso adia julgamento sobre correção do FGTS após pedido do governo

A decisão foi tomada pelos ministros após um pedido feito pelo governo. Inicialmente o julgamento ocorreria na quarta-feira (18), mas foi adiado para 8 de novembro. O julgamento é sobre uma ação que trata do uso da Taxa Referencial (TR) para correção dos saldos do FGTS.

Barroso se encontrou no final desta tarde com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para debater o processo que trata da correção das contas do FGTS no final da tarde desta segunda, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O governo federal apresentou na reunião “preocupações de natureza fiscal e social a respeito do julgamento sobre a correção do FGTS”.

Em nota, o ministro reiterou sua posição de que considera os pontos importantes, mas que vê como “injusto o financiamento habitacional ser feito por via da remuneração do FGTS do trabalhador abaixo dos índices da caderneta de poupança.”

“As partes acordaram em ter mais uma rodada de conversas em busca de uma solução que compatibilize os interesses em jogo”, diz o texto.

A Corte começou a analisar o tema em abril. Um pedido de vista do ministro Kássio Nunes Marques interrompeu o julgamento na ocasião.

Até o momento, há dois votos a favor de alterar o cálculo de correção do fundo, para que não seja inferior ao rendimento da poupança. Um é do relator do processo, Roberto Barroso, e o outro é do ministro André Mendonça.

Com a nova data de julgamento, o governo fica também responsável por apresentar novos cálculos em busca de uma solução que será levada pelo presidente aos demais ministros do STF.

Sindicatos se unem para reverter demissões em massa na GM do Brasil

As demissões em massa feitas pela General Motors (GM) do Brasil revoltaram o movimento sindical. No sábado (21), a montadora desligou centenas de trabalhadores em suas três fábricas no estado de São Paulo – em São José dos Campos, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes. Centenas de trabalhadores foram avisados do corte por telegrama ou e-mail, em pleno final de semana.

Uma greve unificada foi aprovada neste domingo (22), por tempo indeterminado, nas três bases. Os trabalhadores exigem o cancelamento imediato das demissões. “A demissão coletiva foi covarde e arbitrária, já que ocorreu sem negociação prévia com os sindicatos, o que contraria a legislação nacional”, afirmaram as entidades, em nota conjunta, após a reunião. De acordo com o texto, “em São José dos Campos e Mogi das Cruzes, a GM descumpriu acordos de layoff firmados com os sindicatos, que garantiam a estabilidade no emprego para todos das duas plantas”.

Os sindicatos também cobram apoio dos governos federal e estadual, bem como do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Até o momento, a GM nem sequer informou quantos trabalhadores foram demitidos.

“Esta greve confirma a tradição de luta dos metalúrgicos da General Motors. Vamos pressionar o presidente Lula, o governador Tarcísio, o prefeito Anderson e a própria empresa”, diz Valmir Mariano, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Fonte: Portal Vermelho



STF torna obrigatória tarifa de transporte gratuita durante eleições

O STF (Supremo Tribunal Federal), tornou obrigatória a oferta de transporte público gratuito durante as eleições. A medida foi aprovada por unanimidade, e passa a valer já para o pleito de 2024. No portal iG

A decisão contempla o primeiro e o segundo turnos das eleições e a discussão sobre o assunto ocorria no Judiciário desde o ano passado, a partir de ação movida pela Rede Sustentabilidade, que pedia que o transporte público fosse oferecido gratuitamente nos dias de votação.

A proposta visa contribuir para a participação de eleitores de baixa renda, que deixam de comparecer às zonas eleitorais por não ter como pagar as passagens.

Pelo voto do ministro-relator, Luís Roberto Barroso, o transporte público gratuito deve ser oferecido em nível municipal, intermunicipal e metropolitano em todos os modais disponíveis, com a mesma frequência praticada durante os dias úteis.

Sem política pública - Ainda no entendimento do ministro da Corte Suprema, há “omissão institucional” do Legislativo sobre o tema, por não existir atualmente política pública de gratuidade durante as eleições.

Enquanto o Congresso não aprovar projeto de lei sobre o tema, os termos de obrigatoriedade definidos pelo STF seguem em vigor. Como não foi definido prazo para os parlamentares elaborarem essa proposta, caso, ficará a cargo do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) regulamentar o tema.

Prefeitos e governadores já devem incluir os gastos públicos com o benefício ao discutir as respectivas leis orçamentárias, independentemente da existência de lei sobre o tema.

Fonte: Diap

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS